



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141448 - PR (2021/0013316-6)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : EDERSON DOS SANTOS FONTANA (PRESO)  
**RECORRENTE** : JULIANE MARQUES (PRESA)  
**ADVOGADO** : CLAUDIO APARECIDO FERREIRA - PR045975  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDERSON DOS SANTOS FONTANA e JULIANE MARQUES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 61742-10.2020.8.16.0000).

Os recorrentes estão presos preventivamente acusados pela suposta prática do delito previsto no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Alegam que possuem 2 filhos menores de 12 anos de idade, preenchendo, dessa forma, os requisitos previstos no art. 318-A, do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Salientam a ausência de indícios suficientes de autoria para justificar a medida extrema, destacando que não estariam presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduzem que o delito objeto da denúncia não foi praticado com violência e nem colocou em risco a segurança das crianças.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação de suas prisões preventivas ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas ou o recolhimento domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fls. 105/106):

*Os elementos constantes dos autos da respectiva ação penal dão mostra suficiente, ao menos à formação de um juízo sumário, do destacado papel assumido pelos pacientes em uma associação criminosa – complexa, organizada e de significativo grau de periculosidade – dirigida ao tráfico de drogas. Deflagrada a denominada operação policial “Sirius”, foram efetuadas interceptações telefônicas e deflagradas medidas de busca e apreensão. Consoante relatórios produzidos, a organização – composta de 46 pessoas – divide-se em quatro grupos com atuação nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. As apreensões realizadas no âmbito da investigação somaram mais de três toneladas de entorpecentes. Há registros fotográficos e de vídeo dos pacientes com outros integrantes da organização criminosa.*

*Além disso, supostamente desempenhavam a função de 'batedores' no transporte ilícito, fato corroborado pela apreensão na residência do casal de oito aparelhos de celular e rádios comunicadores HT, de sorte que os elementos que compõem o corpo informativo e probatório constituído até aqui dá mostras quanto à materialidade do crime imputado.*

*Quanto ao perigo gerado pelo estado de liberdade, é de se ver os elementos constantes dos autos originais dão mostra suficiente, ao menos à formação de um juízo não exauriente, quanto à prática criminosa reiterada.*

*A paciente Juliane Mendes Gonçalves fora recentemente denunciada pela prática, em tese, de tráfico de drogas e receptação, sendo presa em flagrante transportando 263,7kg de substância análoga à maconha, em veículo objeto de delito de furto. Demais disso, pese ação em andamento não implicar maus antecedentes ou reincidência, presta-se, todavia, para evidenciar a legitimação do decreto preventivo à conta da ameaça representada à ordem pública. Confira-se:*

*[...]*

*Já o paciente Ederson dos Santos Fontana possui maus antecedentes, pois condenado por tráfico de drogas (sentença transitado em julgado a 22.3.2010).*

*[...]*

*No caso em apreço, não só os pacientes obviaram demonstrar sua imprescindibilidade aos cuidados dos infantes (cf. STJ, HC 450.074/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, 5ª TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018), como sequer deram a saber se de fato os têm sob sua guarda, já que estiveram foragidos por quase dois meses, ao menos ao tempo da efetivação das prisões, elas não se encontravam em suas companhias. Ademais, de acordo com as informações prestadas pelo próprio impetrante, estão sob os cuidados da avó materna.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência